

A igualdade e a trajetória da democratização

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Março de 2024.

“O desequilíbrio entre ricos e pobres é a doença mais antiga e fatal de todas as repúblicas” (Plutarco).

A democracia é tanto uma forma de governo quanto um ideal de cidadãos livres e iguais que surgiu com o capitalismo. Democratização, por sua vez, é o processo histórico de transição para a democracia e, depois, a melhoria gradual da sua qualidade. Como "governo do povo", a democracia implica a existência de cidadãos politicamente conscientes e que buscam ter uma palavra no processo de governo. A igualdade de riqueza e de renda não pode ser alcançada apenas pela reforma das leis. Ela enfrenta a oposição dos ricos, a lógica intrínseca do capitalismo, e o fato de os indivíduos não serem iguais em talentos, interesses, conhecimento, e capacidade de participar de organizações políticas e econômicas.

A democracia surgiu na virada para o século XX depois de uma longa luta dos sindicatos e partidos políticos social-democratas pelo sufrágio universal. Temos então o que eu chamo de Revolução Democrática: todos os países ricos da época adotaram o sufrágio universal, ao qual por muito tempo os liberais se opuseram. Antes, depois das revoluções burguesas (Gloriosa, Americana, e Francesa), esses países já haviam assegurado o império da lei ou Estado de direito e os direitos civis. Foram, assim, asseguradas as três características de uma democracia mínima. O sufrágio universal foi possível porque o trabalho organizado e os novos partidos políticos socialistas superaram inúmeros obstáculos; a democracia foi, portanto, uma conquista das classes populares.¹ Considerando apenas os países mais avançados, estes, após alcançarem a democracia mínima, a democratização avançou *em etapas*. Na década de 1920 tivemos a democracia de *opinião pública*, em que as opiniões dos cidadãos começaram a ser ouvidas; depois da Segunda Guerra Mundial, a *democracia social*, em que a igualdade econômica começou a desempenhar um papel e o estado de bem-estar social foi criado. Hoje, não sabemos qual será o próximo passo da democratização, mas podemos supor que será o

da *democracia participativa*, na qual serão criados mecanismos para ouvir os cidadãos e os movimentos sociais.

Para entender o Estado democrático moderno, precisamos de um conceito mínimo de democracia, mas a teoria democrática deve ir além desse conceito. Uma vez que a Revolução Democrática a definiu minimamente, torna-se crucial avaliar se e como a qualidade da democracia melhora ao longo do tempo, verificar se a democratização está realmente acontecendo e por quê. É importante examinar cada país e, assim, devemos começar com um conceito simples e minimalista de democracia e, em seguida, observar como a democracia progride gradualmente ou a democratização ocorre.

A democracia melhorou historicamente à medida que o desenvolvimento econômico e os níveis de educação avançaram, e as instituições democráticas se tornaram mais representativas e responsáveis. Apesar do retrocesso ao longo de quarenta anos do neoliberalismo, se considerarmos nas sociedades democráticas avançadas um período de 100 anos, o regime político é hoje mais igualitário e mais representativo.²

A democracia, como regime político, é minimamente definida como um sistema onde as liberdades e o Estado de Direito são garantidos, e onde os políticos que governam a nação são eleitos através do sufrágio universal. Por sua vez, a política – a arte de definir objetivos, argumentar e fazer compromissos para governar – passa a ter um papel central. É através da política e das demandas dos cidadãos que a democratização ocorre, a qualidade da democracia melhora, e a sociedade civil se torna mais igualitária e coesa.

Este ensaio não tem como objetivo fornecer comprovação científica dessas afirmações. Com base em observações, supõe que a democracia melhorou de fato ao longo do tempo. O foco principal é explorar as razões por trás dessa melhoria – como as sociedades capitalistas nacionais progredem politicamente, e como e por que a democratização ocorre. Enquanto a abordagem dominante na ciência política enfatiza o papel das instituições democráticas nesse processo, o artigo adota uma abordagem de economia política. Investiga a interação entre a economia e a política, entre a sociedade civil e o Estado, para determinar se a qualidade da democracia melhora ou não.

A democratização

No mundo de hoje, a relação entre a sociedade e o Estado trabalha nos dois sentidos. Quanto mais democrática for uma sociedade – mais iguais forem os cidadãos –, mais democrático se tornará o Estado, e vice-versa. Essa relação é desequilibrada na medida em que em alguns países há sociedades civis mais democráticas do que instituições políticas que regulam a democracia, e o inverso pode ocorrer. Enquanto sociólogos e economistas políticos apostam na mudança social, cientistas políticos e advogados

depositam suas esperanças nas instituições. A democracia nasceu com o capitalismo. No século XIX, a burguesia em ascensão admitiu a democracia em duas etapas, primeiro concordando com o Estado de Direito e as liberdades e, segundo, com o sufrágio universal.³ O liberalismo historicamente desconfia da democracia, vendo-a como uma ameaça à estabilidade política e à ordem social, mas há aqui uma contradição liberal porque para alcançar esses dois objetivos a democracia não pode ser mínima por muito tempo – à medida que o crescimento econômico continua, as pessoas exigirão salários mais altos ou os padrões de vida e, portanto, a construção gradual de um estado de bem-estar social

O processo de democratização é complexo e multifacetado e tem sido fonte de confusão ao longo da história. A Revolução Americana, por exemplo, foi uma revolução burguesa liderada por um grupo aristocrático de latifundiários e intelectuais, que não levou imediatamente a um sistema democrático, apesar das alegações em contrário – por exemplo, apesar de *Democracia na América* (1835), de Alexis Tocqueville. Adam Przeworski observou que, embora a democracia fosse uma revolução política, não era uma revolução econômica, o que é evidente no fato de que a burguesia continuou a ser a classe social dominante.⁴

A democratização, infelizmente, não avançou o suficiente para satisfazer democratas e socialistas que demandam maior igualdade econômica. A oposição da classe capitalista liberal e das classes profissionais meritocráticas foi a grande responsável por isso. A hegemonia neoliberal entre 1980 e 2020 mostrou isso. Durante esse tempo, o 1% mais rico das sociedades capitalistas ficou ainda mais rico, enquanto os salários dos pobres permaneceram quase estagnados. As evidências recentes sobre o assunto coletadas por pesquisadores como Thomas Piketty e Branco Milanovic são definitivas. O antagonismo entre igualdade e liberdade é histórico. Ele tornou-se evidente durante a Revolução Francesa, quando houve uma grande luta entre democratas e liberais, entre jacobinos e girondinos. Os liberais acabaram vencendo, mas depois, a ideia da democracia como um ideal a ser combatido ganhou força e legitimidade política. Com os panfletos e lutas políticas de Gracchus Babeuf (1760-1797) e sua *Société des Égaux*, a distinção entre liberalismo e democracia ficou clara. E sua defesa da igualdade foi influente por muito tempo na França.⁵

As elites liberais denominam a democracia hoje existente “democracia liberal”. É a democracia que estou afirmando haver surgido na virada para o século XX com a adoção do sufrágio universal, mas eles digam que surgiu com a Revolução Gloriosa, em 1688. Na verdade, com essa revolução, afirmou-se na Inglaterra o constitucionalismo ou o império da lei. A rigor, o termo “democracia liberal” é um oxímoro porque o liberalismo está longe de ser democrático, ou então é um pleonasma porque a palavra "liberal" implica a garantia do império da lei e das liberdades, que fazem parte de qualquer definição de democracia. Eventualmente, a democracia tornou-se "social" na Europa –

um estágio superior de democratização, mas o adjetivo "liberal" permaneceu associado à democracia, provavelmente porque definiu a democracia nos Estados Unidos, e porque precisamos distinguir a democracia social (uma democracia que procura ativamente diminuir as desigualdades econômicas) da social democracia (um tipo de formação social caracterizada por um compromisso entre três classes – a burguesa, a gerencial e a popular) – uma distinção que é difícil de se fazer na língua inglesa, na qual fica muito estranho falar em uma “democracy liberal” como fazemos em português: democracia liberal.

Se as democracias não estiverem comprometidas com um nível razoável de igualdade econômica, a democratização será um termo vazio. O conflito entre liberdade e igualdade surgiu na Revolução Francesa com sua máxima "liberdade, igualdade e fraternidade". Igualdade e fraternidade eram coerentes entre si, não a liberdade que os liberais logo proclamaram incompatível com a igualdade – viram-na como a ameaçadora igualdade econômica dos socialistas. Para eles, liberdade implica desigualdade; as pessoas não buscam apenas maiores ganhos e riqueza, elas podem priorizar outros objetivos; e assim concluem que a igualdade econômica é impossível. Os escritores de esquerda reconhecem que as pessoas são diferentes, mas o conflito entre igualdade e liberdade pode ser gerido desde que vejamos a igualdade de uma forma razoável e entendamos a liberdade de uma forma republicana, não apenas como direito, mas também como uma obrigação para com a república – o Estado-nação. Os avanços em igualdade econômica foram obtidos como resultado da ação política conjunta dos partidos políticos em busca de votos e dos sindicatos.

Em síntese, o processo de democratização caracterizou-se pelo progresso em direção à igualdade política, enquanto a igualdade econômica continua sendo uma questão controversa. A burguesia em ascensão priorizou a liberdade sobre a igualdade e criou uma sociedade capitalista que celebrava a desigualdade como condição necessária para a motivação individual e a eficiência econômica. Do lado político, enquanto os social-democratas e os desenvolvimentistas enfrentam a difícil tarefa de reduzir a desigualdade econômica no quadro da democracia e do capitalismo, o capitalismo liberal saúda a desigualdade, que seria uma condição também para a liberdade individual.

O vai e vem das ideias

Na segunda metade do século XX, após duas guerras mundiais e uma grande depressão, o mundo rico experimentou um rápido crescimento e melhores padrões de vida no quadro de uma Era de Ouro. Foi uma época de progresso real e otimismo social e político, no qual as posições dos teóricos sociais, marxistas, keynesianos ou intelectuais liberal-modernizantes, refletiam o humor da época. Duas grandes ideologias – liberalismo e socialismo – juntamente com duas escolas históricas de pensamento social,

a teoria da modernização e o marxismo, estavam envolvidas em discussões ativas. Ambas as ideologias compartilhavam a crença no progresso e vislumbravam um futuro brilhante pela frente. A utopia dos liberais encontrou sua realização na sociedade americana, que eles viam como a sociedade democrática ideal de consumo de massa. Walt W. Rostow (1960) identificou formalmente esse período como o último estágio do desenvolvimento econômico. Para os defensores da teoria da modernização sociológica e os cientistas políticos comparativistas, a sociedade americana não era perfeita, mas servia de modelo a ser emulado por outros países.

Quando se tratava da teoria da democracia, cientistas políticos e teóricos da "modernização" tinham vantagem sobre os marxistas. Eles poderiam se valer da experiência americana como base para seu arcabouço teórico, particularmente no desenvolvimento da filosofia liberal da justiça de John Rawls e das teorias pluralistas da democracia de estudiosos como Seymour M. Lipset, Giovanni Sartori, Robert Dahl e Norberto Bobbio, que enfatizaram a autonomia relativa da política, destacaram a importância do desenvolvimento econômico para a democracia, defendiam o caráter pluralista da democracia e reconheciam seus aspectos culturais e valorativos.

Os marxistas eram críticos dessa teoria da democracia e do capitalismo em geral. Eles viam a democracia descrita pelos pluralistas como uma democracia meramente "formal" ou "burguesa". No entanto, os próprios marxistas não ofereciam uma definição alternativa de democracia. Os trabalhos de Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas os ajudaram a desenvolver uma teoria mais matizada do Estado, reconhecendo que o Estado não era mais simplesmente o "comitê executivo da burguesia" mas sim uma expressão de uma sociedade civil mais ampla e em evolução. No entanto, seu discurso positivo sobre a democracia permaneceu limitado e pouco convincente. Como destacou Norberto Bobbio (1984), os marxistas frequentemente criticavam a superficialidade e a parcialidade daqueles que procuravam dismantelar as ideias de Marx sobre o capitalismo, mas eram incapazes de discutir a democracia a menos que ela fosse combinada com o socialismo.

Se examinarmos os argumentos apresentados por estudiosos como C. B. Macpherson (1965), que criticou radicalmente o individualismo, podemos ver uma bela teoria esquerdista da democracia. Macpherson assinalou, com razão, que a democracia, em um sentido mais amplo, implica um ideal de igualdade humana, não apenas igualdade de oportunidades para subir na escada das classes. O ideal democrático vai além da mera igualdade política e exige também um nível razoável de igualdade econômica. No entanto, referir-se às sociedades comunistas da época de Macpherson como "democráticas em um sentido mais amplo" não era aceitável, embora a igualdade econômica realmente avançasse nessas sociedades.

Na década de 1970, uma grande crise econômica seguida pela Virada Neoliberal de 1980 abriu espaço para o neoliberalismo e, em consequência, para o baixo crescimento, a alta instabilidade financeira e salários quase estagnados. E, no campo da teoria econômica, se caracterizou pela crise do keynesianismo e pela ascensão da economia neoclássica ao *mainstream*. O conceito de democracia liberal prosperou, e seus defensores o transformaram em uma mercadoria de exportação. O Congresso dos Estados Unidos estabeleceu o National Endowment for Democracy, encarregado de difundir a democracia em todo o mundo. Um dos meios empregados foi a suposta revista acadêmica chamada *Journal of Democracy*. A liberdade tornou-se o valor político supremo, e a democracia foi vista como o instrumento para garantir a liberdade. O socialismo transformou-se em maldade e a democracia pública foi ignorada como se a experiência europeia de democracia não fosse diferente da americana. A sociologia, a teoria social e a macroeconomia keynesiana, juntamente com seus respectivos métodos estruturais e históricos, perderam relativa legitimidade acadêmica. Em seu lugar, a teoria política institucionalista e normativa, a ciência política da escolha racional e a economia neoclássica tornaram-se dominantes.

A publicação da liberal *Teoria da Justiça* de John Rawls em 1971 e da neoliberal *Anarquia, Estado e Utopia* de Robert Nozick em 1974 inaugurou uma nova era para a teoria política, enquanto a sociologia e a teoria social perderam influência relativa. Nos Estados Unidos, os heróis intelectuais mudaram de sociólogos como Robert Merton e Wright Mills para teóricos políticos e cientistas políticos. Em vez de analisar a sociedade e a democracia como fenômenos históricos reais, estudando seus conflitos, contradições e tendências como tradicionalmente fazem as ciências sociais, a abordagem tornou-se predominante normativa, institucionalista e voluntarista. Em vez de considerar as estruturas econômicas e sociais e suas relações com o sistema ideológico e as instituições, o foco se deslocou para a ação individual e o "individualismo metodológico" ganhou proeminência. A pesquisa histórica ou empírica deu lugar a um método hipotético-dedutivo, e as reformas institucionais foram vistas como uma panaceia. Essa mudança levou sociólogos proeminentes como Jürgen Habermas e Ralf Dahrendorf a fazer a transição da teoria social para a teoria política. Na economia, a economia neoclássica e a teoria do equilíbrio geral experimentaram um ressurgimento, mais tarde complementado pela macroeconomia neoclássica de Robert Lucas e pelas teorias institucionalistas do "crescimento endógeno" embora as instituições continuassem para eles exógenas.

A vitória da economia neoclássica, marcada por seu domínio nos departamentos de economia das universidades, levou os cientistas políticos a adotar raciocínio semelhante na ciência política. A teoria política liberal do tipo escolha racional passou a se basear em um indivíduo egoísta idealizado – a figura axiomática correspondente do *homo economicus* assumida pela economia neoclássica. No entanto, tornou-se evidente que

um individualismo metodológico totalmente hipotético-dedutivo, como empregado na economia com maus resultados, simplesmente não era viável na ciência política. Como o poder – e não apenas o dinheiro como é o caso da teoria neoclássica – está no centro da política, os cientistas políticos associados à escolha racional assumem que os oficiais políticos fazem *trade-offs* entre o *rent-seeking* e o desejo de reeleição, ou de promoção no caso da burocracia pública, excluindo assim a possibilidade de políticos de melhor qualidade fazerem *trade-offs* entre o desejo de ser reeleito e o interesse público.

Nesse novo ambiente intelectual e liberal, teóricos políticos e cientistas políticos da escolha racional adotaram abordagens divergentes em relação à democracia. Alguns, consistentes com sua visão negativa da natureza humana, adotaram uma visão pessimista sobre a democracia e um liberalismo econômico radical. Afirmando a impossibilidade de alcançar a justiça social, alertavam para os perigos da intervenção estatal devido ao comportamento de *rent-seeking*. Outros, menos radicais, abraçaram uma teoria normativa, idealista e otimista da democracia, conhecida como democracia deliberativa. Dessa maneira, a abordagem da escolha racional expandiu-se para incluir cientistas políticos de várias tradições ideológicas, todos comprometidos com pesquisas empíricas destinadas a melhorar as instituições democráticas. Esse grupo diversificado de estudiosos, que incluiu teóricos progressistas como Adam Przeworski, considera o papel da história e das instituições no comportamento político. Embora os melhores cientistas políticos de escolha racional fizessem boas análises de curto prazo, mostravam dificuldade em combinar a história com sua visão pessimista da natureza humana. Por outro lado, seu ceticismo em relação à democracia os levou a acreditar que ela sempre seria de natureza limitada. Eles argumentavam que a democracia só poderia fornecer um conjunto de regras que garantissem o Estado de Direito, as liberdades civis e a alternância de poder entre partidos políticos de massa dominados por elites políticas. Essa visão pessimista dificultou a explicação da melhora histórica na qualidade da democracia ao longo do tempo que de fato ocorreu.

Os teóricos políticos liberais estabeleceram com sucesso a agenda intelectual nos anos neoliberais, deslocando a teoria social de sua posição de longa data estabelecida por Marx, Durkheim, Weber e Wright Mills e sua construção de uma teoria social dotada de alto poder explicativo. No entanto, a teoria social persistiu e encontrou expressão nos trabalhos de teóricos políticos republicanos como Michael Walzer, Charles Taylor, Steven Lukes e Michael Sandel. Esses teóricos ofereceram abordagens alternativas que enfatizavam a importância da comunidade, dos valores compartilhados e da participação cívica nas sociedades democráticas. À esquerda, perspectivas críticas sobre a democracia emergiram nos escritos de autores como Claude Lefort, Chantal Mouffe, Boaventura de Sousa Santos e Jacques Rancière. Esses estudiosos examinaram

criticamente as limitações e contradições da democracia liberal, destacando questões de poder, desigualdade e justiça social.

O ódio à democracia

Nos últimos 40 anos, a qualidade da democracia nos países ricos, particularmente nos Estados Unidos, deteriorou-se, enquanto a desigualdade econômica aumentou e o individualismo radical prosperou. Um estudo de Susan Pharr e Robert Putnam (2010) constatou que na maioria das democracias trilaterais os cidadãos estão menos satisfeitos com o desempenho de suas instituições políticas representativas. Essa insatisfação, no entanto, não levou a um declínio no compromisso com os princípios do governo democrático. Pipa Norris (2002) escreveu um livro para revisar as suposições populares de uma praga contagiosa – a apatia dos cidadãos – argumentando que as teses sobre a morte do ativismo cívico são prematuras.

Ronald Dworkin (2006) observou que a sociedade americana perdeu sua coesão razoável após a Segunda Guerra Mundial, à medida que se dividiu radicalmente em conservadores e progressistas, contribuindo para sua avaliação sombria da democracia nos Estados Unidos. Enquanto isso, vários países de renda média, como Espanha, Portugal, Grécia, Argentina, Brasil, México, África do Sul, Coreia do Sul, Indonésia e muitos países do leste europeu fizeram suas transições para a democracia. A sociedade destes países estava madura para realizar a transição democrática. Entretanto, sob a influência ou a pressão dos Estados Unidos, as elites empresariais locais de muitos países pobres que não haviam completado suas respectivas revoluções capitalistas também fizeram suas transições para a democracia, mas como era de se esperar os regimes políticos resultantes se mostraram altamente instáveis.

O aumento da desigualdade econômica associada ao neoliberalismo financeiro-rentista não foi a única razão pela qual a democratização parou, senão se deteriorou no mundo rico nos últimos 40 anos. A atitude ambígua das classes capitalista e gerencial também foi um fator. São democráticos quando apoiam o Estado de direito e os direitos civis; odeiam a democracia quando continuam a temer o sufrágio universal e a impor limites à democracia. A democratização é um processo lento devido à resistência, senão ao ódio à democracia. As duas classes sociais dominantes nas sociedades capitalistas modernas veem a democracia como uma restrição ou negação de seu próprio poder político "natural", como uma limitação do poder a que julgam ter direito pois controlam os dois fatores estratégicos de produção nas sociedades modernas: o capital e o conhecimento. Esse ódio à democracia, que Jacques Rancière detectou e criticou em um livro de 2005, não se limita à extrema direita política, mas está escondido ou inconsciente entre a maioria das elites capitalistas e gerenciais.

O ódio à democracia não é o ódio à liberdade, mas à igualdade. Embora a democracia tenha se tornado um valor universal, os ricos e os neoliberais ainda têm uma desconfiança subjacente à democracia que expressam por meio de suas ações. A insistente desmoralização de agentes públicos e políticos mantidos sempre sob suspeita acaba por reduzir sua capacidade do governo de responder às demandas do povo. O ódio à democracia é um sentimento perigoso e imprevisível que continua a dificultar o processo de democratização.

Um modelo simples de democratização

Podemos agora propor um modelo simples de democratização no pós-guerra usando apenas dois conceitos: igualdade política e igualdade econômica. A Figura 1 é a representação gráfica do modelo que retrata a trajetória de democratização dos países ricos desde cerca de 1900, quando a democracia teve início com a adoção do sufrágio universal. O eixo vertical mede a igualdade econômica, enquanto o eixo horizontal representa a igualdade política, que engloba os direitos civis, o sufrágio universal e a participação cidadã. O canto inferior esquerdo do gráfico, A, representa zero para igualdade política e econômica, enquanto o canto oposto, Z, significa o "canto ideal da democracia", onde um alto nível de igualdade política e econômica é alcançado – *chegamos ao socialismo democrático*. A linha diagonal A-Z define o caminho *equilibrado* da democratização. Uma segunda linha diagonal, Y, é a linha do conceito mínimo de democracia: abaixo dela temos autoritarismo, acima, democracia. Ela começa no eixo vertical (igualdade econômica) um pouco acima de A (no ponto 25%) e se estende até um ponto na linha horizontal (igualdade política) equivalente a 75% dessa linha. O fato de o ponto de partida no eixo da igualdade econômica ser de apenas 25% e o ponto final do eixo da igualdade política ser de 75% reflete que a democracia mínima requer menos igualdade econômica do que igualdade política. De acordo com a definição mínima de democracia, um regime político é considerado democrático quando garante as liberdades civis, eleições livres e sufrágio universal, sem necessariamente abordar a igualdade econômica. A linha Y resultante representa o limiar da democracia. Acima dessa linha, a trajetória da democracia vai subindo, enquanto abaixo dela prevalece o autoritarismo. Todos os países capitalistas ficam à direita da linha A-Z, porque neles a igualdade econômica é sempre inferior à política. Nos países comunistas que existiram no passado (União Soviética e China) ou existem no presente (Cuba, Coreia do Norte) acontece o inverso: A igualdade econômica é maior do que a política, mas o regime é autoritário; esses países ficam à esquerda da linha A-Z, mas abaixo da linha Y.

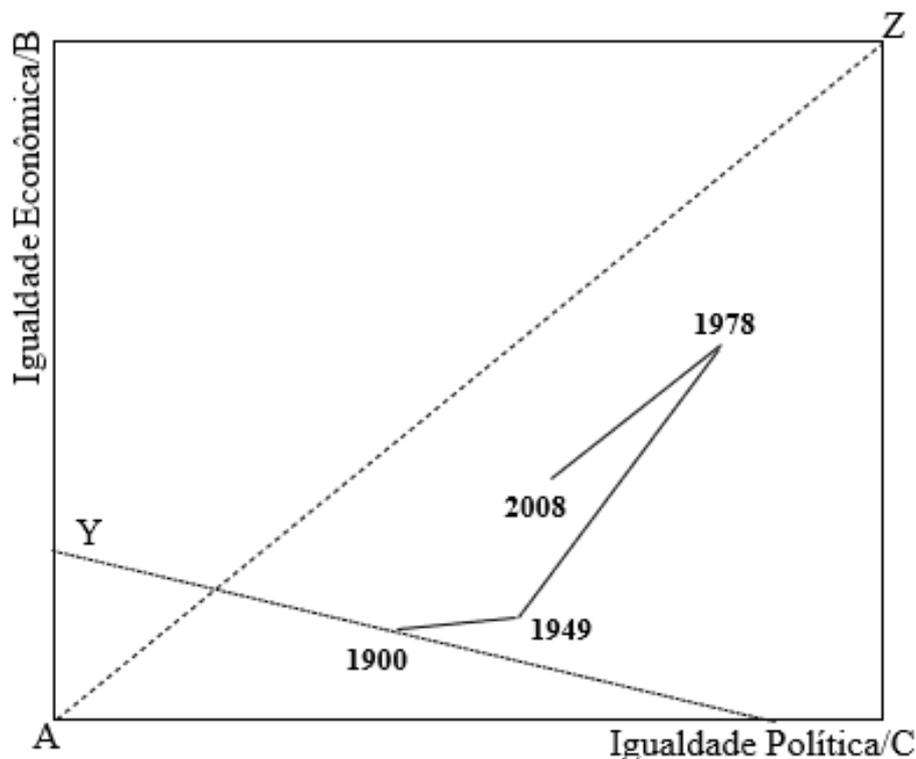


Figura 1: Trajetória aproximada da democratização dos países ricos (1900-2008)

O progresso em direção à melhoria da democracia em cada país envolve avanços em direção a uma maior igualdade política e econômica. Na Figura 1 temos a trajetória de democratização nos países ricos. Em torno de 1900 eles fizeram sua transição para a democracia ao adotarem o sufrágio universal e cruzarem a linha Y. Até 1950, no quadro de uma modesta taxa de crescimento, a igualdade é baixa e aumenta muito pouco, enquanto a igualdade política cresce moderadamente à medida que os direitos civis e políticos são mais bem asseguradas. Em 1949, os países saltam do estágio liberal para o social-democrata e desenvolvimentista, o crescimento econômico acelera e as duas igualdades crescem satisfatoriamente. Em 1978, no entanto, os países embarcam no neoliberalismo, e ambas as igualdades caem, a econômica mais severamente do que a igualdade política.

Assim, o caminho para a melhoria da democracia retratado na Figura 1 é real, mas desequilibrado. Ao traçar a trajetória histórica de democratização real de cada nação, essa linha sempre se manterá a direita da linha do caminho equilibrado, uma vez que o nível de igualdade política geralmente no capitalismo é superior ao nível de igualdade econômica.

Marx supunha que a estrutura econômica havia progredido mais do que a superestrutura institucional e ideológica, abrindo para um tempo de revolução. O que aconteceu no século XX foi o contrário. Devido à melhoria das instituições e a uma sociedade civil mais forte, a igualdade política progrediu mais do que a igualdade econômica, abrindo espaço para o nacional-populismo de direita de uma classe média baixa que foi deixada para trás nos anos neoliberais. À medida que as instituições e o sistema de valores progridem em relação à estrutura econômica, eles abrem caminho para uma maioria de indivíduos empobrecidos sem diploma que não se revoltam contra o capitalismo como supunham os socialistas, mas se opõem ao governo e às elites econômicas, políticas e intelectuais enriquecidas. Surge, então, um político populista que se identifica com o povo e oferece salvação com um nacionalismo conservador como Donald Trump e Victor Orban, senão com um liberalismo extremo como é o caso de Javier Milei.

E pur si muove

A democracia fez muitas promessas não cumpridas. Prometia ser o governo do povo, mas parece ser um governo de elites eleitas pelo povo. Prometeu ser representativo, mas rejeitou o mandato imperativo ou a possibilidade de revogar políticos que não cumpram seus compromissos. Prometeu envolver todo o espaço público, mas reservou várias áreas ao poder burocrático e oligárquico. Prometeu transparência para eliminar o "poder invisível", mas a transparência ainda é uma meta a ser atingida.

No entanto, acredito que a qualidade da democracia melhorou no longo prazo. A democratização é um processo contínuo que tem enfrentado obstáculos e desafios, mas continua avançando. A sociedade civil tem hoje um papel fundamental na democratização, pois resiste bravamente ao ataque do nacional-populismo conservador e do neoliberalismo. Uma resistência que mostra que a democracia realmente se tornou um valor universal.

Na luta pelo lado da igualdade econômica da democracia, enquanto os sindicatos trabalham em defesa dos salários e das condições de trabalho, a sociedade civil defende o Estado de bem-estar social. Nos anos neoliberais, as elites liberais foram incapazes de dismantelar o estado de bem-estar social. Esse é um possível indício de que as elites conservadoras provavelmente não conseguirão resistir ao próximo avanço democrático – a garantia dos direitos ambientais e republicanos.⁶ Os direitos republicanos são os direitos que cada cidadão tem que o patrimônio público seja usado para fins públicos. Usá-lo para fins privados é crime, apropriação indébita. Existem, porém, leis que autorizam a captura “legal” do patrimônio público. Um exemplo são as taxas de juro exorbitantes que, desde 1992, o Estado brasileiro paga a rentistas e financistas com a

aprovação do Banco Central do Brasil. Outro caso é o abuso da natureza que muitos praticaram e continuam praticando porque em muitos países a lei foi e ainda é omissa sobre o assunto. O republicanismo, que visa salvaguardar o patrimônio público contra indivíduos e empresas poderosas que o capturam legalmente, foi objeto de um interesse crescente desde o final do século XX e tornou-se o conceito teórico que pode legitimar uma ideologia nova e progressista que combine socialismo com republicanismo e democracia.⁷

A pressão pela democratização não se limita às classes populares. Muitos cidadãos da sociedade civil dotados de valores socialistas e virtudes republicanas lutam por uma sociedade mais justa e pressionam por uma democracia melhor. E os bons políticos muitas vezes fazem permutas (trade-offs) entre seus interesses privados e o interesse público. Embora sejam minoria, suas ações contribuem para o progresso político e a democratização.

As classes populares e médias pressionarão persistentemente por uma democracia melhor, e uma minoria de cidadãos e políticos republicanos e social-democratas continuará desempenhando um papel significativo na democratização. Outro motivo de otimismo é que os avanços tecnológicos permitem que padrão de vida melhore mesmo quando os salários não aumentam com a produtividade. Depois da guerra, foi o caso da televisão; mais recentemente, da internet e dos celulares. Embora a democracia pública e os valores socialistas e republicanos tenham sido compartilhados por muitos, haverá espaço para a democratização. Depois da democracia social, a democracia participativa pode emergir onde as vozes dos cidadãos são ouvidas antes que leis e políticas sejam aprovadas no parlamento.

Referências

- Tocqueville, Alexis de (1835 [1963]) *De la Démocratie en Amérique – Livre I: La Vie Politique*, Paris: Union Générale d'Éditions.
- Bobbio, Norberto (1984) *O Futuro da Democracia*. Torino: Einaudi.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2002a) "Cidadania e *res publica*: a emergência dos direitos republicanos", *Estudos de Cidadania* 6(2): 145-164.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2025) *Ascensão e queda do capitalismo rentista neoliberal*, Oxford University Press, em breve.
- Dahl, Robert A. (1956) *Um Prefácio à Teoria Democrática*. Chicago: Chicago University Press.
- Dahl, Robert A. (1989) *A democracia e seus críticos*, New Haven: Yale University Press.

- Dunn, John (2005) *Democracy: A History*, Nova Iorque: Atlantic Monthly Press.
- Dworkin, Ronald (2006) *A democracia é possível aqui?* Princeton: Imprensa da Universidade de Princeton.
- Macpherson, Crawford B. (1965 [1972]) *O mundo real da democracia*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Norris, Pipa (2002) *Fênix Democrática. Reinventando o ativismo político*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Nozick, Robert (1974) *Anarquia, Estado e Utopia*. Nova York: Basic Books.
- Pharr, Susan J. e Robert D. Putnam, (2000) "Introduction", in S. Pharr e R. Putnam, eds. *Democracias descontentes*. Princeton: Imprensa da Universidade de Princeton.
- Przeworski, Adam (1985) *Capitalismo e social-democracia*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Przeworski, Adam (2009) "Democracia, igualdade e distribuição", in Richard Bourke e Raymond Geuss, eds. *Julgamento Político: Ensaio em Homenagem a John Dunn*. Cambridge: Cambridge University Press: 281–312.
- Rancière, Jacques (2005 [2014]) *O ódio à democracia*. Edição original francesa, 2005.
- Rawls, John (1971) *Uma Teoria da Justiça*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Reinhart, Carmen e Kenneth Rogoff (2008) "Crises bancárias: uma ameaça de igualdade de oportunidades", NBER Working Paper, ° n.14587, dezembro.
- Reinhart, Carmen N. e Kenneth S. Rogoff (2009) *This Time is Different. Oito séculos de loucura financeira*, Princeton: Princeton University Press.
- Rostow, Walt W. (1960) *Os estágios do crescimento econômico*. Cambridge: Cambridge University Press.

¹ Therborn (1977); Przeworski (1985: Cap. 1).

² Antes do neoliberalismo, eu dizia que a democratização era alcançada a cada 50 anos. No ano neoliberal, a regressão da democracia americana foi impressionante, e eu tive que me referir a 100 anos.

³ Bresser-Pereira (2012).

⁴ Przeworski (2009).

⁵ Dunn (2005: 124-126)

⁶ Bresser-Pereira (2025) pela Oxford University Press.

⁷ Bresser-Pereira (2002).